



SATA SGPS

2010

RELATÓRIO E CONTAS



Índice

Corpos Sociais.....	3
Mensagem do Presidente	4
Visão, Missão e Valores.....	6
Responsabilidade Social	7
Apoios institucionais e patrocínios	7
Sociedade	8
Enquadramento Macro Económico	10
Caracterização do sector do transporte aéreo	13
Desenvolvimento Sustentável.....	15
Análise Económico-Financeira	17
Aplicação de Resultados.....	22
Demonstrações Financeiras	23
Anexo às demonstrações financeiras.....	28
Certificação Legal de Contas	44
Relatório e Parecer do Fiscal Único.....	46

CORPOS SOCIAIS

Assembleia-Geral

Presidente:

Dr. Milton Sarmiento

Vice-Presidente:

Dr. Victor Borges da Ponte

Secretária:

Dra. Maria Alexandra Celorico Pacheco Vieira ¹⁾

Dra. Helena Patricia Serra Pereira da Silva ²⁾

Conselho de Administração

Presidente:

Prof. Doutor António José Vasconcelos Franco Gomes de Menezes

Vogais:

Dra. Luísa Maria Estrela Rego Miranda Schanderl

Dra. Isabel Maria dos Santos Barata

Dr. Luís Filipe Soares Borges da Silveira

Fiscal Único:

Deloitte & Associados, SROC, S.A

Representada por João Luis Falua Costa da Silva

¹⁾ Cessou funções a 23 de Agosto de 2010

²⁾ Iniciou funções a 23 de Agosto de 2010

MENSAGEM DO PRESIDENTE

O ano de 2010 foi um ano muito difícil para o sector da aviação e para a SATA, não só pela conjuntura macroeconómica Europeia, em geral, e pela situação da economia Nacional, em particular, bem como pela ocorrência de episódios atípicos que assolaram o sector, como o encerramento do espaço aéreo Europeu, em consequência das duas crises das cinzas vulcânicas.

Todavia, há que realçar a concretização de projectos que fazem com que o ano de 2010 seja um ano histórico na longa e rica vida empresarial do Grupo SATA.

O ano de 2010 foi o ano em que a SATA Air Açores concretizou, no timing previsto, no orçamento anunciado, em segurança, o projecto de renovação integral da sua frota.

Com a entrada ao serviço dos quatro Bombardier Q400 NextGen, a SATA Air Açores ganhou novo fôlego para as próximas décadas e será, provavelmente, a companhia área regional da Europa com a frota mais jovem.

A nova frota permitiu melhorar sobremaneira os nossos índices de fiabilidade operacionais e introduziu, para ganho dos nossos passageiros e tripulantes, níveis de conforto e segurança ímpares, que advêm do facto dos Bombardier Q400 NextGen serem turbo-hélices de última geração, que garantem uma “jet-like-experience”.

A nova frota da SATA Air Açores garante maior capacidade de transporte de passageiros e de carga, aliada à redução do impacto ambiental da nossa actividade. As Ilhas da Coesão beneficiarão do serviço proporcionado de modo mais fiável pelos Bombardier, em importantes matérias como a questão da carga, com acrescida capacidade de enfrentar as limitações que o nosso clima impõe em algumas épocas do ano.

As características técnicas e operacionais do Q400 NextGen permitiram o lançamento de uma nova rede inter-regiões que liga as Regiões Açores-Madeira-Canárias-Algarve, que tem recebido interessante aceitação do mercado.

Ainda no âmbito da renovação da frota, destaque para a operação de financiamento que teve o apoio do Banco Europeu de Investimento (BEI). Este apoio foi muito significativo, não só pelas condições excepcionais do próprio financiamento, bem como pelo carácter de confiança e de solidificação da aposta que a SATA fez na frota Bombardier. É o prestígio da SATA que sai

reforçado. As condições de financiamento contratadas com o BEI garantem uma vantagem competitiva durante os próximos anos em matéria económico-financeira.

No final do primeiro trimestre concluímos, com sucesso, o processo de migração do sistema de DCS SITA para o AMADEUS ALTEA. Um sistema muito mais orientado para a satisfação das necessidades dos nossos clientes e que permitiu reduzir os nossos custos operacionais.

O ano de 2010 fica ainda marcado pelo crescimento a contraciclo de 4,6% no número de passageiros transportados, ao mesmo tempo que registou um crescimento de 4,3 pontos percentuais no Load Factor (lugares utilizados face à capacidade do avião), passando de 70,2% para 74,5%.

Em termos de rotas, destaque para as operadas pela SATA internacional, nomeadamente, para o Canadá e Estados Unidos da América, onde se registaram crescimentos de 11,9 e de 19,5%, respectivamente, naqueles estratégicos mercados emissores.

Não obstante o evidente crescimento a contraciclo, de onde se destaca o crescimento do load-factor da SATA Internacional, tendo sido, inclusive, ultrapassados recordes históricos em importantes indicadores de produção, a verdade é que o ano de 2010 não trouxe a rendibilidade esperada.

A ocorrência de custos atípicos, como os custos associados às crises das cinzas vulcânicas, a subida do preço do jet-fuel, entre outros factores, fazem com que continuemos, com o afinco de sempre, a implementar soluções conducentes à diminuição de custos, fuel e não-fuel, aumento de proveitos, bem como a gestão dinâmica da nossa malha de rotas e parcerias.

Por fim, uma palavra de apreço aos colaboradores do Grupo SATA, que estão de parabéns pela eficaz execução do projecto de renovação da frota da SATA Air Açores, pelo estabelecimento de níveis de produção históricos na SATA Internacional, pela implementação de sofisticados e económicos sistemas estruturantes da nossa actividade como o Amadeus Altea e o Revenue Management PROS, entre muitos outros feitos assinaláveis.

Em particular, uma palavra de especial apreço pela disponibilidade demonstrada pelos nossos colaboradores aquando dos episódios das cinzas vulcânicas. Ao prejuízo económico não se somou um prejuízo de imagem; pelo contrário, a SATA mereceu elogios na imprensa um pouco por toda a parte, inclusive em mercados exigentes como nos EUA, por ter sido flexível e atenta para com os seus passageiros. Será com esta atitude, de sentimento de pertença à Companhia e respeito para com o passageiro que continuamos a crescer no nosso exigente sector.

VISÃO, MISSÃO E VALORES

O Grupo SATA presta, desde a sua origem, um serviço de transporte aéreo, com todas as actividades que lhe estão ligadas, tendo como objectivo final garantir que os clientes se deslocam e transportam os seus bens em perfeitas condições de segurança. Trazer a cada dia, o mundo aos Açores e levar os Açores ao resto do Mundo, é um lema e uma missão a cumprir.

Trilhar o caminho da sustentabilidade significa, para esta empresa, construir um futuro equilibrado e duradouro, justo e sustentável, assente nas mais contemporâneas e responsáveis práticas de gestão, com foco na excelência de desempenho, em todas as suas áreas de actuação. Deste modo, as políticas de responsabilidade social, de segurança, de saúde e ambiente constituem pilares fundamentais sobre os quais o Grupo SATA alicerça a sua actuação e dá corpo à sua ambição.

Visão: Mais fortes e mais competitivos num mundo exigente e global; capazes de construir uma companhia aérea de referência que se afirma no mundo da aviação comercial internacional e conquista, de forma gradual e consistente, a sua quota de mercado e a notoriedade da sua marca. Uma companhia aérea do Atlântico, onde se cultiva o rigor e o profissionalismo; onde se encontra um serviço cuidado, simples, mas atento; onde se acolhe cada cliente de forma amável e disponível; onde se cultiva o respeito pelo planeta numa perspectiva de total apreço pelo bem-estar das populações nas gerações vindouras.

Missão: Desenvolver de modo sustentado toda a actividade de transporte aéreo relacionado com os Açores, através de uma operação com vocação atlântica assente num serviço fiável, hospitaleiro e inovador.

Valores: A SATA, e todas as empresas que constituem o Grupo SATA, valoriza a reputação de ser uma companhia de referência dos Açores, assente nos Valores da Fiabilidade, Inovação e Simpatia.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Apoios institucionais e patrocínios

O Grupo SATA tem assumido um dedicado compromisso no que respeita ao apoio a entidades e iniciativas ligadas à solidariedade social, à cultura, ao desporto e à promoção turística da Região Autónoma dos Açores. Empenhada, há mais de meio século, em atenuar os efeitos da insularidade, a SATA tem activamente procurado reflectir a sua imagem e os seus valores corporativos numa atenta política de apoios institucionais e patrocínios.

As entidades e iniciativas intrinsecamente ligadas à solidariedade social merecem especial atenção por parte da SATA. Nos Açores, o projecto “Nariz Vermelho”, dedicado à animação e entretenimento de crianças hospitalizadas, recebeu apoio para a vinda aos Açores de membros sediados no Continente Português. Foram ainda disponibilizados lugares em voos com tarifas grátis e com descontos especiais ao Grupo de Amigos da Pediatria do Hospital do Divino Espírito Santo (GAP) e à Liga dos Amigos do referido hospital para o transporte de doentes e técnicos de saúde. Durante o corrente ano, foram ainda meritórios do apoio da SATA os participantes do programa “Saudades dos Açores”, uma iniciativa da Direcção Regional das Comunidades que proporciona uma visita aos Açores a emigrantes açorianos, com idade superior a 60 anos, residentes nos Estados Unidos da América e Canadá, que por motivos de carência económica não tenham tido a possibilidade de visitar a Região há mais de 20 anos.

Projectos de âmbito nacional e internacional têm sido igualmente alvo de redobrada atenção. De destacar os apoios concedidos à AMI para a realização das suas missões; à Fundação do Gil para o projecto de alargamento da sua rede de técnicos aos Arquipélagos dos Açores e da Madeira; à Cruz Vermelha Portuguesa; e à *Kids First Fund*, a propósito do *International Online Travel Auction for Kids*, um evento anual de solidariedade social destinado a crianças desfavorecidas em regiões pobres de todo o Mundo, no qual a SATA se juntou às empresas que todos os anos envidam esforços a favor desta nobre causa, como a AirAsia, AirTran, Delta, Martinair, SWISS, Avis ou a Choice Hotels.

Com vista ao fomento da cultura açoriana, o Grupo SATA tem continuado a promover a assinatura de grandes protocolos com entidades de relevo, como o Teatro Micaelense, o Coliseu Micaelense, o Museu Carlos Machado e a Galeria Fonseca Macedo, assim como tem oferecido apoio, de forma pontual, a exposições promovidas pela Academia das Artes dos Açores. Outro projecto merecedor de apoio foi a exposição “Obras de Santa Engrácia – O

Panteão na República”, realizada no Panteão Nacional da República, em que estiveram patentes obras cedidas pela Biblioteca e Arquivo de Ponta Delgada.

Os incentivos ao desporto concentram-se, a cada ano, no SATA Rallye Açores que constitui o maior patrocínio atribuído pela SATA nesta área. Ao longo do ano são, ainda, oferecidas condições especiais nas deslocações do Clube Kairós, o que permite a canalização dos fundos da instituição para os escalões etários mais baixos, relacionados com a reinserção social através da prática desportiva. De destacar, ainda, o patrocínio da SATA a outros eventos desportivos como o campeonato mundial de Surf “Billabong Azores Islands Pro 2010”, o torneio internacional de ténis “Azores Open 12 & Under” ou a participação do Clube Asas de S. Miguel no Campeonato Nacional de Parapente.

A vertente ligada à promoção turística da Região Autónoma dos Açores tem sido uma grande aposta do Grupo SATA, não só pela sua raiz identitária açoriana como pela própria natureza da sua actividade. Neste particular, destacam-se as parcerias com a Direcção Regional de Turismo dos Açores e Associação de Turismo dos Açores na oferta de lugares em voos ou de descontos especiais para a realização de eventos que contribuem sobremaneira para a projecção da Região, como foi o caso da cerimónia “7 Maravilhas de Portugal”, realizada em Ponta Delgada, ou na deslocação de grupos de imprensa nacionais e estrangeiros aos Açores, com vista na publicação de artigos em conceituadas publicações.

Sociedade

O compromisso da SATA para com a sociedade não termina nas suas obrigações de prestação de serviço público ou nos apoios institucionais e patrocínios, uma vez que, ao longo do ano, são realizadas inúmeras acções que envolvem a comunidade.

Todos os anos, concretiza-se o programa “Junho Mês da Criança” que oferece inolvidáveis experiências a crianças dos 5 aos 12 anos. Ao longo do mês de Junho de 2010, a SATA proporcionou, mais uma vez, dias inesquecíveis e repletos de surpreendentes actividades a duas centenas de crianças. Para as visitas aos aviões, sendo eles o Airbus A320 da SATA Internacional e o Bombardier Q200 da SATA Air Açores, foram seleccionadas as Escolas Paroquial do Calhariz de Benfica, no Aeroporto de Lisboa, a B1/JI de S. Vicente Ferreira, no Aeroporto de Ponta Delgada e a B1/PE da Vila de S. Vicente, no Aeroporto da Madeira. As visitas aos aviões foram possíveis pela colaboração entre os funcionários SATA das várias áreas de intervenção, da ANA e Groundforce.

Foram, ainda, seleccionadas três escolas para a concretização de um sonho maior: viajar de avião pela primeira vez. Foram seleccionados três grupos para viajar a bordo da SATA. A Escola EB1/JI Francisco José Medeiros (Aflitos – Fenais da Luz) teve a oportunidade de viajar até Lisboa e passar um dia repleto de actividades no Jardim Zoológico. A Escola PE1 de Serra de Água (Madeira) teve a oportunidade de viajar igualmente até Lisboa, onde as 20 crianças visitaram o Oceanário. Por último, a Associação Terra dos Sonhos foi premiada com uma viagem à Madeira, tendo realizado sonhos (andar de avião, ser assistente de bordo e ver golfinhos e baleias) de crianças com problemas de saúde crónicos e terminais.

Ademais, durante o mês de Dezembro, os colaboradores SATA angariaram bens destinados às crianças da Ajuda de Berço - uma associação sem fins lucrativos que acolhe crianças abandonadas ou em situação de risco - com vista a proporcionar-lhes um Dia de Natal mais feliz. Foram entregues brinquedos, bolas de praia e conjuntos de inverno com gorro e cachecol, assim como bens alimentares que foram expedidos de forma totalmente gratuita, através do Departamento de Carga e Correio da SATA.

ENQUADRAMENTO MACRO ECONÓMICO

Internacional

A actividade económica mundial voltou a expandir em 2010, de forma mais saliente nos países emergentes, sobretudo no bloco asiático. O regresso do crescimento anual para valores positivos assentou nos estímulos proporcionados pelos principais bancos centrais, que mantiveram as taxas de juro historicamente baixas, em função da ausência de pressões inflacionistas, e na retoma do consumo privado em muitas economias.

À semelhança do ano anterior, o bom desempenho dos indicadores económicos permitiu que as estimativas de crescimento para 2010, por parte do Fundo Monetário Internacional (FMI), fossem sucessivamente revistas em alta. O seu World Economic Outlook, datado de Outubro de 2010, aponta para um crescimento da economia mundial de 4.8%. No relatório de Outubro de 2009 estimava um crescimento de apenas 3.1%. O maior crescimento atingido revelou-se, contudo, insuficiente para reduzir o desemprego, o qual permaneceu elevado nas economias desenvolvidas, ao contrário do que sucedeu nas economias emergentes.

O bloco asiático mostrou novamente um comportamento muito positivo. O crescimento da economia japonesa voltou a território de expansão em 2010, impulsionada pelo consumo privado, apesar do ligeiro aumento do desemprego, resultado das medidas de estímulo levadas a cabo quer pelo banco central, quer pelo governo. Ainda relativamente à Ásia, os indicadores económicos da China permaneceram robustos, sobretudo ao nível da actividade doméstica, beneficiando de estímulos e medidas de política monetária, e da manutenção do crescimento da concessão de crédito a ritmo elevado.

Ao contrário do que sucedeu nas economias desenvolvidas, onde as taxas de juro directoras dos bancos centrais permaneceram inalteradas, em muitas economias emergentes foram decretados agravamentos das mesmas, função sobretudo da aceleração da inflação.

União Europeia

Apesar da elevada instabilidade financeira vivida em 2010 na Área Euro, o crescimento económico registado surpreendeu pela positiva. De acordo com o FMI, o crescimento em 2010 terá ascendido a 1.7%, o nível mais forte em três anos.

Esta expansão assentou primordialmente no desempenho da procura doméstica. A Alemanha destacou-se pela positiva, com um crescimento de 3.6%, o ritmo mais forte desde a

reunificação. Pela negativa, sublinhe-se o desempenho das economias periféricas, as quais, à excepção de Portugal, terão registado de novo crescimentos anuais negativos.

Os efeitos da recuperação económica não se fizeram ainda sentir ao nível do mercado de trabalho. A taxa de desemprego aumentou de 8.9% em 2009 para 9.6% em 2010, o nível mais elevado desde 1998.

Também neste aspecto, a Alemanha se destacou pela positiva, já que terminou o ano com a taxa de desemprego no nível mais baixo desde a reunificação.

O nível de inflação na União Europeia, medido pelo Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), registou em 2010 uma taxa de variação média de 2,0%, acima dos 1,0% de 2009. Este comportamento esteve associado maioritariamente ao aumento dos preços dos bens energéticos.

Importa salientar que o ano de 2010 ficou marcado pelo agravamento das tensões no mercado de dívida pública, nomeadamente dos países periféricos da Área Euro. O prémio pago por estes países para se financiarem aumentou significativamente e obrigou ao reforço das medidas de austeridade. Estas variaram entre Estados Membros, mas foi comum o esforço no sentido de uma consolidação mais célere das respectivas finanças públicas, quer através da contenção de despesas, quer de iniciativas visando o reforço de receitas.

Portugal

Em Portugal, a actividade económica em 2010 surpreendeu pela positiva com uma expansão de cerca de 1.4%. Este desempenho resultou do contributo positivo das exportações líquidas, do consumo privado e do consumo público, apesar da forte queda do investimento.

Em termos de comércio externo, sublinhe-se o papel das exportações que, com um crescimento de 9.0%, permitiram superar o efeito negativo resultante do aumento das importações, de apenas 5.0%. Este comportamento esteve associado ao assinalável aumento da procura externa resultante da retoma da economia mundial, tendo-se observado um aumento das novas encomendas provindas do exterior.

Quer o consumo privado, com um crescimento de 1.8%, quer o consumo público, que cresceu 3.2%, contribuíram para o bom desempenho económico, principalmente na primeira metade do ano. Os desafios de redução do défice orçamental e a consequente aprovação de medidas de austeridade induziram um decréscimo do contributo destas componentes para o

crescimento durante o terceiro trimestre, tendo-se observado um agravamento da confiança dos consumidores ao longo do segundo semestre.

Por outro lado, verificou-se uma redução de 5% da Formação Bruta de Capital Fixo, em parte consequência do nível de actividade económica e das perspectivas para a procura interna, bem como do decréscimo do investimento público. A contracção foi mais notória ao nível do investimento em equipamento e em construção.

Quanto à inflação, o IHPC português registou, em 2010, uma taxa de variação média de 1.4%, consequência, sobretudo, do aumento do preço dos bens energéticos e do acréscimo de diversos impostos indirectos, designadamente, o IVA, o ISP e o Imposto sobre o Consumo do Tabaco, ficando contudo 0.2 pontos percentuais abaixo do da Área Euro.

A taxa de desemprego em 2010 permaneceu elevada, tendo inclusive aumentado face ao ano anterior. A taxa de desemprego cifrou-se em 10.9%, sendo a população desempregada de 556 mil indivíduos, o que representa um aumento de 8,9% em relação ao mesmo período do ano anterior.

O sistema financeiro português continuou a demonstrar resiliência, tendo a sua actividade crescido, apesar das condições adversas ditadas pela crise da dívida soberana. Os efeitos desta sobre o financiamento do sector nos mercados internacionais levaram a um reforço na atracção de recursos de clientes, tendo os Depósitos Totais tido um acréscimo de 7.9%. O Crédito Interno Total, por seu turno, registou um aumento de 8.2%.

CARACTERIZAÇÃO DO SECTOR DO TRANSPORTE AÉREO

O ano de 2010 foi marcado por uma forte recuperação da indústria do transporte aéreo e pelo regresso do sector aos lucros, com um resultado global de cerca de 16 mil milhões de USD. Apesar dos resultados animadores, existiram diferenças significativas entre regiões, nomeadamente entre as economias desenvolvidas e emergentes.

As economias emergentes, em especial nas regiões da Ásia-Pacífico e Médio-Oriente, marcaram um passo de crescimento bastante acelerado, enquanto as transportadoras da Europa foram as que registaram recuperações menos acentuadas. No global, a procura do agregado da indústria cresceu mais de 8% em relação a 2009, com o Médio-Oriente a crescer cerca de 18%, a Ásia-Pacífico 9%, a América do Norte 7%, enquanto a Europa, onde se realiza a maior parte da operação do Grupo SATA, cresceu apenas 5%. Este crescimento foi acompanhado por uma recuperação significativa das *yields* unitárias em todas as regiões.

Para 2011, perspectiva-se mais um ano lucrativo para a indústria, apesar da confiança numa melhoria significativa estar a diminuir, prevendo-se uma redução do lucro para os 9,1 mil milhões de USD. Este *downgrade* face a 2010 deve-se, essencialmente, ao forte aumento do preço dos combustíveis, e a estimativa de redução de rentabilidade seria muito superior, não fossem as revisões em alta do crescimento económico para 2011, associadas a *load-factors* estáveis e elevados. Contudo, o maior risco desta previsão reside num eventual enfraquecimento de algumas economias, pressionadas pelo aumento do preço das *commodities* de pelo endividamento, o que, caso esse cenário se verifique, poderá enfraquecer muito rapidamente os resultados das transportadoras.

Neste contexto de previsão da manutenção do crescimento económico, o segmento de viagens negócios e o transporte de carga será mais robusto que os segmentos mais sensível ao preço que são os das viagens em lazer, sendo as transportadoras de longo curso as mais favorecidas. As diferenças entre regiões vão continuar a verificar-se durante 2011, com um contraste particular entre os mercados domésticos Europeus e o forte tráfego com origem nos denominados “mercados emergentes”.

Ao nível dos preços dos combustíveis, o crescimento económico superior ao esperado aumentou a procura por petróleo, o que tem causado uma forte pressão inflacionista nos preços do *jet fuel*. Os tumultos políticos no Médio Oriente e Norte de África incrementaram a pressão nos preços da

energia, mas mesmo que o risco geopolítico diminua as perspectivas de crescimento económico, os preços do petróleo deverão continuar a aumentar ao longo do ano. Os preços do *jet kerosene* duplicaram desde o seu ponto mínimo no início de 2009, atingido os 113USD por barril no início de 2011. Tendo em conta que o combustível representa cerca de um quarto do total de custos operacionais, esta duplicação dos preços do *jet fuel*, adicionou 25% aos custos unitários. Apesar disso, no último ano, as tarifas subiram em média cerca de 20%, excluindo as *fuel surcharges*, o que tem permitido contrabalançar os preços dos combustíveis.

Em suma, espera-se que 2011 seja um ano de consolidação de resultados no global da indústria, apesar dos desafios trazidos pelo aumento de custos e dos potenciais riscos associados à manutenção do actual crescimento económico.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O Grupo SATA monitoriza as suas actividades e impactos nas vertentes ambiental, de segurança e saúde no trabalho, tendo por isso definido já em 2009, a seguinte Política Integrada de Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho:

O Grupo SATA, posicionado no mercado de transporte aéreo de passageiros, cargas e correio e de gestão de aeroportos, entende que a preservação do meio ambiente e a segurança e saúde dos seus colaboradores são princípios base para cimentar os valores SATA: Fiabilidade, Simpatia e Inovação.

Deste modo, o Grupo SATA compromete-se a:

- Melhorar continuamente o desempenho ambiental e a gestão da segurança e saúde no trabalho;
- Minimizar os efeitos negativos decorrentes da actividade global da empresa;
- Investir em meios técnicos e desenvolver processos para atingir uma maior compatibilidade ambiental, minimizar os acidentes de trabalho e prevenir as doenças relacionadas com o trabalho;
- Envolver e formar os colaboradores e seus representantes com o objectivo de os sensibilizar para a importância da adopção de boas práticas ambientais e de trabalho;
- Assegurar o cumprimento da conformidade legal, quer a nível ambiental, quer a nível da segurança e saúde no trabalho.

Optimização do Consumo de JetFuel e Redução das Emissões de CO₂

Dando continuidade aos trabalhos iniciados em 2008 sob a condução da IATA, o projecto *Fuel Efficiency Gap Analysis* (“FEGA”) procurou a racionalização do uso de combustível e consequente redução das emissões de CO₂. O projecto *Dynamics Fuel Efficiency* (“DEP”) integralmente desenvolvido internamente teve início em 2010.

As áreas de intervenção do projecto DEP centram-se nas operações de voo e despacho operacional e manutenção e engenharia, através da racionalização do peso a bordo (Cargas de Catering, Redução de Peso de Spares de Manutenção), racionalização do número de tripulantes a bordo em função do Load-Factor, diminuição da utilização do APU, com incremento do recurso a GPU, entre outros.

Integração do avião no Comércio Europeu de Licenças de Emissão de CO₂

No cumprimento da Directiva 2008/101/CE de 19 de Novembro, foram entregues no passado dia 30/03/2011 os relatórios de Emissão de CO₂ e relatórios Tonelada-Kilómetro referentes aos voos incluídos no Comércio Europeu de Licenças de Emissão (“CELE”) para as empresas SATA Internacional e SATA Air Açores, com base na actividade de 2010. Os documentos auditados pelo verificador independente LRQA foram submetidos à Agência Portuguesa do Ambiente (“APA”).

As emissões verificadas para os voos incluídos no CELE totalizaram em 2010, 233.729 ton CO₂, para a SATA Internacional, e 352 ton CO₂, no caso da SATA Air Açores.

A SATA Air Açores ficará isenta do CELE face às emissões verificadas no ano de referência (2010) terem ficado abaixo das 10.000 ton CO₂, limiar para a isenção dos pequenos emitentes.

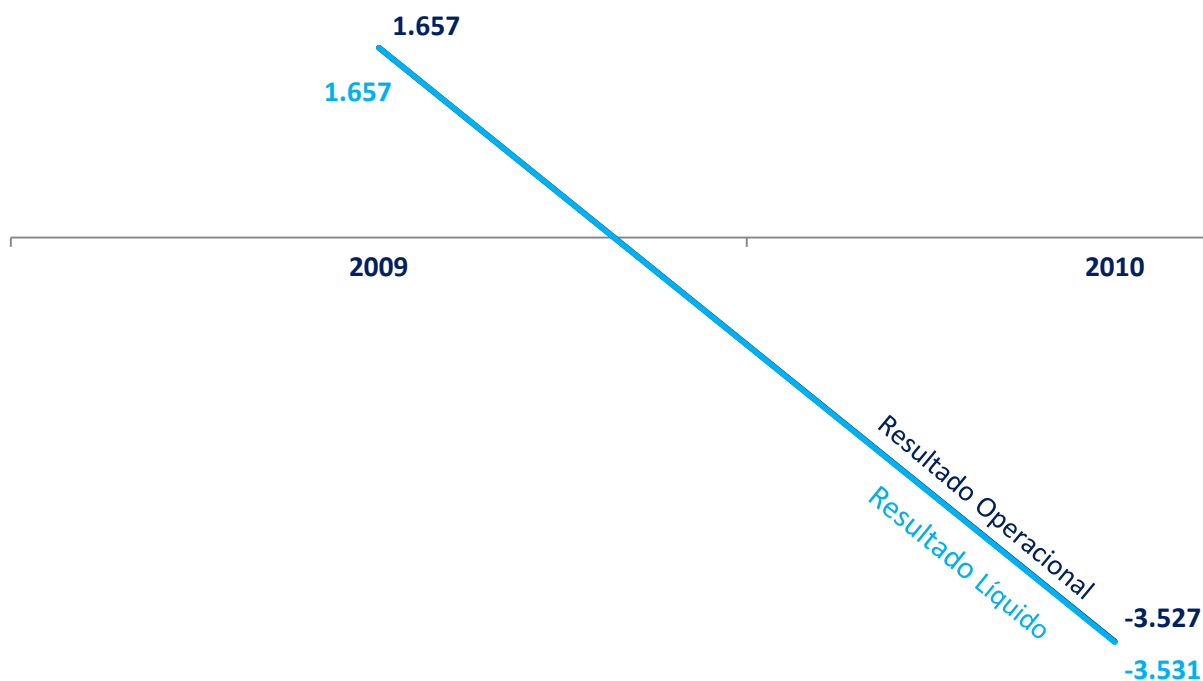
A atribuição das licenças de emissão para o ano de entrada da aviação do CELE 2012, num total de 212.892.052 ton CO₂, será proporcional aos dados de Ton-km de 2010, reportados pelos diversos operadores.

No caso da SATA Internacional o valor apurado para a atribuição proporcional de licenças de emissão de CO₂, será de 230.570.605 Ton-km, sendo o resultado da distribuição das licenças conhecido a 30 de Setembro de 2011. Embora existam incertezas relativamente à atribuição gratuita e leilão a promover pelas entidades oficiais, o impacto previsto para a SATA Internacional não deverá exceder os 1,3 M€.

Análise Económico-Financeira

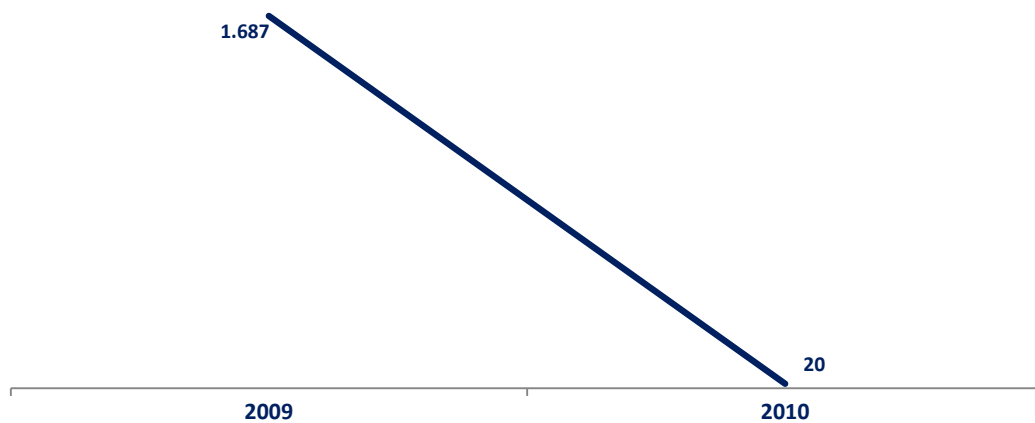
Evolução de Resultados obtidos em 2009-2010 (milhares de euros)

Resultados 2009-2010		
Unidade: mEuros (mil Euros)	2009	2010
Rendimentos operacionais	1.687	20
Gastos operacionais	29	3.547
Resultados operacionais	1.657	-3.527
Act. Financiamento (Ganhos/Perdas)	0	-3
Resultados Antes de Impostos	1.657	-3.531
Imp. Rend. Exercício	0	0
Resultado líquido do exercício	1.657	-3.531

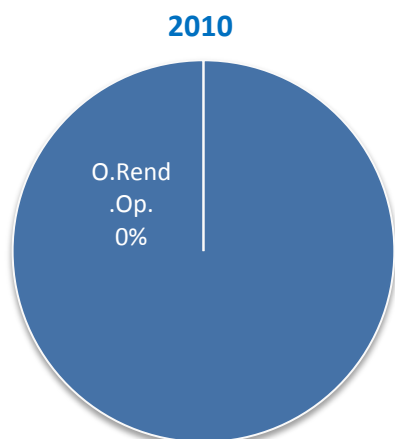
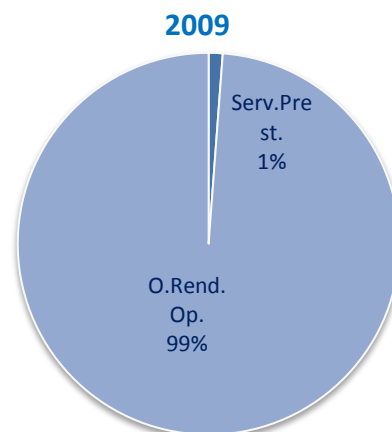


Rendimentos e Gastos Operacionais		
Unidade: mEuros (mil Euros)	2009	2010
Serviços Prestados	20	20
Outros Rendimentos Operacionais	1.667	0
Rendimentos Operacionais	1.687	20
FSE	12	14
Gastos Pessoal	17	0
Outros Gastos e Perdas	0	3.533
Gastos operacionais	29	3.547
Res. Operac. antes de gastos de financ. e imp.	1.657	-3.527

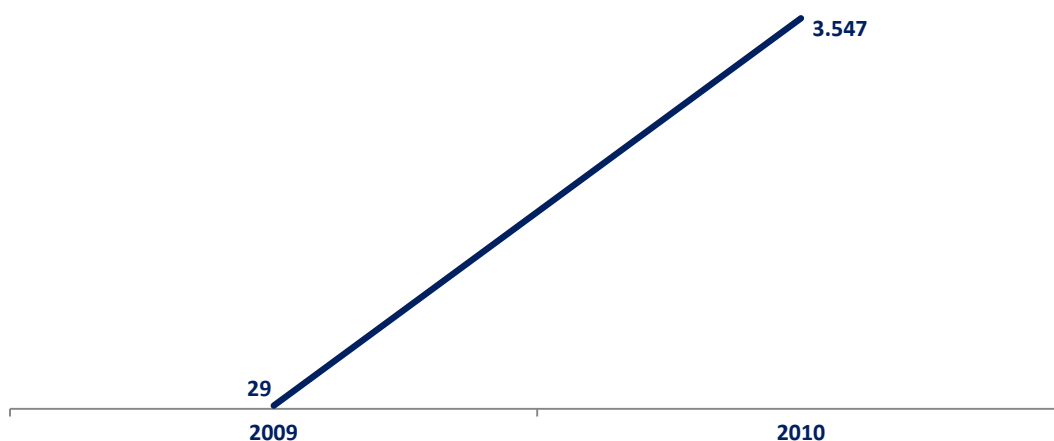
Rendimentos Operacionais (mEur)



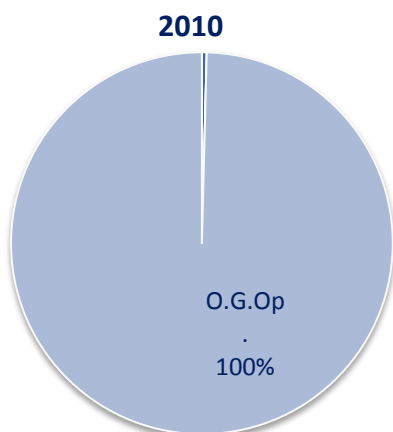
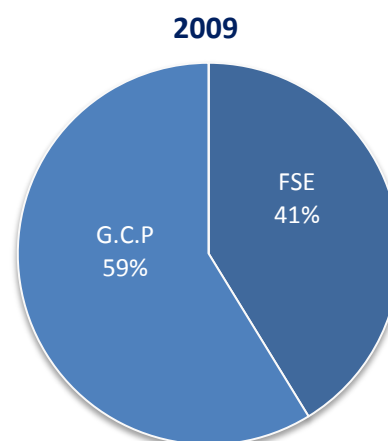
Fruto da conjuntura menos favorável, o volume de Rendimentos Operacionais da SATA S.G.P.S apresentou um decréscimo por imputação dos resultados negativos de subsidiárias.



Gastos Operacionais (mEUR)



A estrutura de gastos operacionais verificada durante o exercício de 2010 sofreu alterações face ao verificado em 2009, sendo que, em termos absolutos, o crescimento da rubrica de Outros Gastos Operacionais é motivado pelas perdas imputadas de subsidiárias.

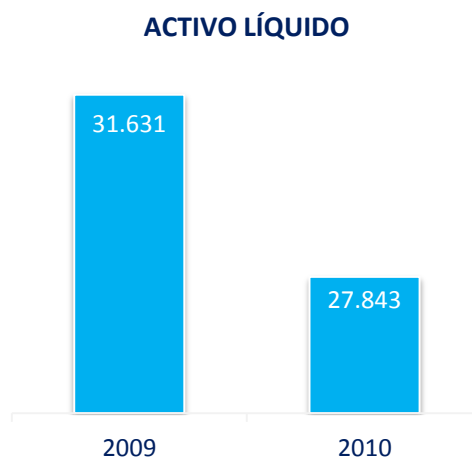


As restantes rubricas de Gastos Operacionais mantiveram-se sensivelmente constantes, à excepção dos gastos com pessoal, que face a 2009 apresentam uma redução de 100%.

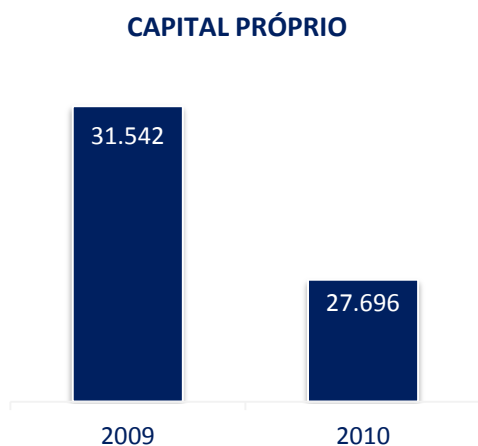
Activo, Capital Próprio e Situação Financeira

Activo Líquido (mEUR)

O Activo Líquido apresenta um decréscimo na ordem dos 12%, sendo que, nas rubricas com variações mais significativas face a 2009, destaca-se a de Participações Financeiras, como habitualmente em empresas desta natureza.



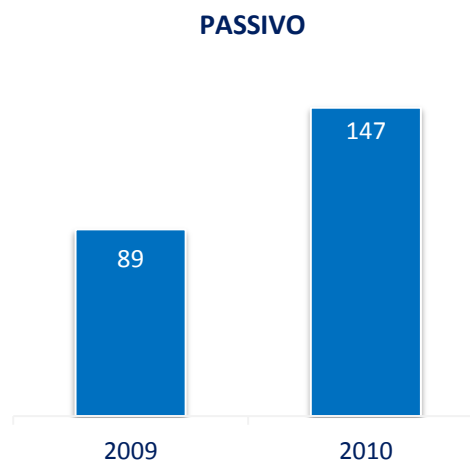
Capital Próprio (mEUR)



No que diz respeito a alterações verificadas no Capital Próprio a variação é explicada pela integração dos resultados líquidos negativos auferidos durante 2010.

Passivo (mEUR)

O aumento do Passivo da SATA SGPS sofre um pequeno aumento fruto da evolução de valores a pagar a Empresas do Grupo, nomeadamente a SATA Air Açores.



Estrutura Financeira

Estrutura Financeira	2009	2010
Solvabilidade	35.493%	18.877%
Endividamento	0,28%	0,53%
Autonomia financeira	99,72%	99,47%

A variação verificada nos indicadores de Estrutura Financeira demonstra o efeito da diminuição do valor dos capitais próprios na estrutura de financiamento da empresa, por força da imputação dos resultados negativos das empresas do Grupo SATA.

Indicadores de Rendibilidade

Rendibilidade	2009	2010
Rendibilidade Operacional	82,87%	-17.637%
Rendibilidade dos Capitais Próprios	5,25%	-12,75%
Rendibilidade do Activo	5,24%	-12,68%

Os indicadores de Rendibilidade face a 2009 reflectem a deterioração verificada nos Resultados Operacionais e Líquidos das empresas do Grupo SATA.

APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos das disposições legais e estatutárias, o Conselho de Administração da SATA – Sociedade de Transportes Aéreos, SGPS, S.A. declara que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação constante na documentação de prestação de contas foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da SATA – Sociedade de Transportes Aéreos, SGPS, S.A., e que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Empresa.

Nos termos das disposições em vigor, propõe-se que o Resultado Líquido do Exercício - negativo de 3.530.801,51 euros – seja transferido para a conta de Resultados Transitados.

Ponta Delgada, 29 de Abril 2011

O Conselho de Administração

António José Vasconcelos Franco Gomes de Menezes
(Presidente)

Luisa Maria Estrela Rego Miranda Schanderl
(Administradora)

Isabel Maria dos Santos Barata
(Administradora)

Luis Filipe Soares Borges da Silveira
(Administradora)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

SATA - Sociedade de Transportes Aéreos, SGPS S.A.**BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009**

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Notas	31 Dezembro 2010	31 Dezembro 2009
ACTIVO NÃO CORRENTE:			
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	7	27.708.373	31.554.644
Total do activo não corrente		27.708.373	31.554.644
ACTIVO CORRENTE:			
Estados e outros entes públicos	9	4.152	37.845
Outras contas a receber	10	93.736	33.351
Caixa e depósitos bancários	4 e 10	36.369	5.080
Total do activo corrente		134.257	76.276
Total do activo		27.842.630	31.630.920
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital realizado	11	18.000.000	18.000.000
Prémios de emissão		3.315.342	3.315.342
Reservas legais	11	545.685	494.445
Resultados transitados		8.023.420	6.417.205
Outras variações no capital próprio	11	1.342.266	1.657.605
Resultado líquido do exercício		(3.530.802)	1.657.455
Total do capital próprio		27.695.911	31.542.052
PASSIVO:			
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores		22.770	171
Estado e outros entes públicos	9	2.496	1.321
Outras contas a pagar	13	121.453	87.376
Total do passivo corrente		146.719	88.868
Total do passivo		146.719	88.868
Total do capital próprio e do passivo		27.842.630	31.630.920

O anexo faz parte integrante deste balanço em 31 de Dezembro de 2010.

O Técnico Oficial de Contas

António Jorge Ferreira da Silva

O Conselho de Administração

António José Vasconcelos Franco Gomes de Menezes
(Presidente)Luisa Maria Estrela Rego Miranda Schanderl
(Administradora)Isabel Maria dos Santos Barata
(Administradora)Luis Filipe Soares Borges da Silveira
(Administrador)

Capital próprio atribuído aos detentores do capital da empresa mãe							
Notas	Capital realizado	Prémios de emissão	Reservas legais	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total
Posição no início do exercício de 2009 - POC	18.000.000	3.315.342	494.445	9.394.463	1.278.771	(2.977.258)	29.505.763
Primeira adopção de novo referencial contabilístico	-	-	-	-	89.270	-	89.270
Posição no início do exercício de 2009 - NCRF	18.000.000	3.315.342	494.445	9.394.463	1.368.041	(2.977.258)	29.595.033
Alterações no exercício:							
Alterações de políticas contabilísticas	-	-	-	-	-	-	-
Primeira adopção de novo referencial contabilístico	-	-	-	-	164.931	632.650	797.581
Actualização cambial das demonstrações financeiras de empresas do grupo expressas em moeda estrangeira	7 e 11	-	-	-	124.633	-	124.633
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis							-
Variações dos excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis							-
Ajustamentos por impostos diferidos							-
Efeito de aquisição / alienação de participadas							-
Apliação de resultados	11	-	-	(2.977.258)	-	2.977.258	-
		18.000.000	3.315.342	494.445	6.417.205	1.657.605	632.650
Resultado líquido do exercício de 2009	2					-	1.024.805
Resultado integral					378.834	1.657.455	2.036.289
Posição no fim do exercício de 2009		18.000.000	3.315.342	494.445	6.417.205	1.657.605	1.657.455
Capital próprio atribuído aos detentores do capital da empresa mãe							
Notas	Capital realizado	Prémios de emissão	Reservas legais	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total
Posição no início do exercício de 2010	18.000.000	3.315.342	494.445	6.417.205	1.657.605	1.657.455	31.542.052
Alterações no exercício:							
Actualização cambial das demonstrações financeiras de empresas do grupo expressas em moeda estrangeira	7 e 11	-	-	-	311.366	-	311.366
Outras variações nas subsidiárias	7 e 11	-	-	-	(626.705)	-	(626.705)
Apliação de resultados	11	-	51.240	1.606.215	-	(1.657.455)	-
		18.000.000	3.315.342	545.685	8.023.420	1.342.266	-
Resultado líquido do exercício de 2010						(3.530.802)	(3.530.802)
Resultado integral					(315.339)	(3.530.802)	(3.846.141)
Posição no fim do exercício de 2010		18.000.000	3.315.342	545.685	8.023.420	1.342.266	(3.530.802)

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

O Conselho de Administração

O Técnico Oficial de Contas

António José Vasconcelos Franco Gomes de Menezes
(Presidente)

António Jorge Ferreira da Silva

Luisa Maria Estrela Rego Miranda Schanderl
(Administradora)

Isabel Maria dos Santos Barata
(Administradora)

Luis Filipe Soares Borges da Silveira
(Administrador)

SATA - Sociedade de Transportes Aéreos, SGPS,S.A.DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2010	2009
Vendas e serviços prestados	14	20.000	20.000
Ganhos / (perdas) imputados de subsidiárias e associadas	6 e 7	(3.530.932)	1.666.848
Fornecimentos e serviços externos		(14.374)	(12.133)
Gastos com o pessoal		-	(17.290)
Outros gastos e perdas		(2.009)	(16)
Resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos		(3.527.315)	1.657.409
Juros e rendimentos similares obtidos		-	333
Juros e gastos similares suportados		(3.487)	(287)
Resultado antes de impostos		(3.530.802)	1.657.455
Imposto sobre o rendimento do exercício		-	-
Resultado líquido do exercício		(3.530.802)	1.657.455
Resultado por acção básico		(0,981)	0,460

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

O Técnico Oficial de Contas

António Jorge Ferreira da Silva

O Conselho de Administração

António José Vasconcelos Franco Gomes de Menezes
(Presidente)Luisa Maria Estrela Rego Miranda Schanderl
(Administradora)Isabel Maria dos Santos Barata
(Administradora)Luis Filipe Soares Borges da Silveira
(Administrador)

SATA - Sociedade de Transportes Aéreos, SGPS,S.A.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009**

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2010	2009
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:			
Pagamentos a fornecedores		(2.870)	(33.960)
Pagamentos ao pessoal		(17.290)	-
Caixa gerada pelas operações		(20.160)	(33.960)
Outros recebimentos / (pagamentos)		51.448	28.770
Fluxos das actividades operacionais [1]		31.289	(5.190)
Varição de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]		31.289	(5.190)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	4	5.080	10.269
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	4	36.369	5.080

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

O Técnico Oficial de Contas

António Jorge Ferreira da Silva

O Conselho de Administração

António José Vasconcelos Franco Gomes de Menezes
(Presidente)

Luisa Maria Estrela Rego Miranda Schanderl
(Administradora)

Isabel Maria dos Santos Barata
(Administradora)

Luis Filipe Soares Borges da Silveira
(Administrador)

SATA – Sociedade de Transportes Aéreos, SGPS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

em 31 de Dezembro de 2010

(Montantes expressos em Euros)

1. Nota Introdutória

Pelo Decreto Legislativo Regional nº 23/2005/A foi constituída, em 7 de Abril de 2006, a SATA - Sociedade de Transportes Aéreos, SGPS, S.A. (“Empresa”). A Empresa tem sede na Avenida Infante D. Henrique, nº 55 – 2º andar, em Ponta Delgada e tem por objecto social a gestão integrada, sob forma Empresarial, da carteira de participações da Região Autónoma dos Açores no sector do transporte aéreo e, através das empresas participadas de objecto especializado, a exploração da actividade de transporte aéreo de passageiros, carga e correio, a exploração de actividades relacionadas com viagens e turismo, com a manutenção de aeronaves e com a assistência em escala ou handling e com a gestão de infra-estruturas aeroportuárias. A Empresa rege-se por aquele diploma, pelos seus estatutos e, em tudo o que neles não estiver previsto, pelas normas aplicáveis às Empresas públicas e às sociedades gestoras de participações sociais.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros e foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 11 de Abril de 2011. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras reflectem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição, desempenho financeiro e fluxos de caixa.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras anexas reflectem as contas individuais da Empresa e foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, e que se encontram consignadas, respectivamente, nos avisos 15652/2009, 15655/2009 e 15653/2009, de 27 de Agosto de 2009, os quais no seu conjunto constituem o Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e

interpretações será designado genericamente por “NCRF”. A Empresa irá ainda preparar demonstrações financeiras consolidadas para apresentação e aprovação em separado.

Até 31 de Dezembro de 2009, a Empresa elaborou, aprovou e publicou, para efeito do cumprimento da legislação comercial vigente, demonstrações financeiras de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal até àquela data, vertidos no Plano Oficial de Contabilidade (“POC”), Directrizes Contabilísticas e demais legislação complementar, os quais foram revogados pelos diplomas acima indicados.

O balanço em 31 de Dezembro de 2009 e as demonstrações dos resultados, dos fluxos de caixa e das alterações do capital próprio, bem como as respectivas notas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, apresentadas para efeitos comparativos, foram ajustados em conformidade com as NCRF. Os ajustamentos registados com efeitos a 1 de Janeiro de 2009, data de transição, foram efectuados de acordo com as disposições da NCRF 3 – Adopção pela primeira vez das normas contabilísticas e de relato financeiro.

O efeito dos ajustamentos relacionados com a adopção das NCRF, reportado a 1 de Janeiro de 2009, foi registado em resultados transitados, conforme estabelecido na NCRF 3. A transição para as NCRF resultou no seguinte:

- a) A Empresa procedeu ao registo dos efeitos rectificativos ao nível das suas subsidiárias, decorrentes da adopção das NCRF’s por estas, corrigindo a aplicação do método da equivalência patrimonial em 1 de Janeiro de 2009 e 31 de Dezembro de 2009, nos montantes de 89.270 Euros e 886.851 Euros, respectivamente, sendo que: (i) o montante de 89.270 Euros foi registado por contrapartida da rubrica “Outras variações do capital próprio”, dado corresponder ao efeito do registo dos subsídios do governo não reembolsáveis; e (ii) o montante de 886.851 Euros foi registado por contrapartida da demonstração de resultados do exercício de 2009 e por contrapartida da rubrica “Outras variações do capital próprio”, nos montantes de 632.650 Euros e 254.201 Euros, respectivamente, sendo este último montante referente a subsídios do governo não reembolsáveis e ao efeito do registo dos instrumentos financeiros derivados de cobertura, nos montantes de 64.253 Euros e 189.948 Euros, respectivamente.

Reconciliação do capital próprio em 1 de Janeiro de 2009 (data de transição) e em 31 de Dezembro de 2009:

Rubrica	Em 1-1-2009 (data da transição)	Em 31-12-2009 (data do último relato em POC)
Capital próprio de acordo com o anterior referencial contabilístico	29.505.763	30.655.201
Impacto dos ajustamentos de conversão das subsidiárias		
Efeitos na rubrica "Outras variações do capital próprio":		
Subsídios do Governo não reembolsáveis	89.270	64.253
Instrumentos de cobertura	-	189.948
Efeitos no resultado líquido do exercício	-	632.650
	<u>89.270</u>	<u>886.851</u>
Capital próprio de acordo com as NCRF	<u>29.595.033</u>	<u>31.542.052</u>

Os efeitos, no balanço em 31 de Dezembro de 2009, derivados da conversão das demonstrações financeiras preparadas de acordo com o POC para as demonstrações financeiras reexpressas em conformidade com as NCRF, detalham-se como se segue:

	31.12.2009			
	POC	Ajustamentos de conversão para as NCRF das subsidiárias	Reclassificações de conversão para as NCRF	NCRF
ACTIVO NÃO CORRENTE				
Participações financeiras - método de equivalência patrimonial	30.667.793	886.851	-	31.554.644
	<u>30.667.793</u>	<u>886.851</u>	<u>-</u>	<u>31.554.644</u>
ACTIVO CORRENTE				
Estado e outros entes públicos	37.845	-	-	37.845
Outras contas a receber	13.780	-	19.571	33.351
Caixa e depósitos bancários	5.080	-	-	5.080
Empresas do grupo	19.571	-	(19.571)	-
	<u>76.276</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>76.276</u>
Total do activo	<u>30.744.069</u>	<u>886.851</u>	<u>-</u>	<u>31.630.920</u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
CAPITAL PRÓPRIO				
Capital realizado	18.000.000	-	-	18.000.000
Prémios de emissão	3.315.342	-	-	3.315.342
Reservas legais	494.445	-	-	494.445
Resultados transitados	6.417.205	-	-	6.417.205
Ajustamentos de partes capital em filiais e associadas	1.403.404	-	(1.403.404)	-
Outras variações no capital próprio	-	254.201	1.403.404	1.657.605
Resultado líquido do exercício	1.024.805	632.650	-	1.657.455
Total do capital próprio	<u>30.655.201</u>	<u>886.851</u>	<u>-</u>	<u>31.542.052</u>
PASSIVO				
PASSIVO CORRENTE				
Fornecedores	171	-	-	171
Estado e outros entes públicos	1.321	-	-	1.321
Outras contas a pagar	20.002	-	67.374	87.376
Empresas do grupo	67.374	-	(67.374)	-
	<u>88.868</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>88.868</u>
Total do passivo	<u>88.868</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>88.868</u>
Total do capital próprio e do passivo	<u>30.744.069</u>	<u>886.851</u>	<u>-</u>	<u>31.630.920</u>

As reclassificações de conversão para as NCRF respeitam à correcta classificação dos saldos com as empresas do Grupo SATA, que no anterior normativo estavam registadas nas rubricas de "Empresas do grupo" do activo e passivo, bem como a reclassificação dos valores que no normativo anterior se classificavam como "Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas", sendo agora parte da rubrica "Outras variações no capital próprio".

Reconciliação do resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009:

	Exercício findo em 31-12-2009 (data do último relato em POC)
De acordo com o anterior referencial contabilístico	1.024.805
Impacto dos ajustamentos de conversão das subsidiárias	632.650
De acordo com as NCRF	1.657.455

O efeito na demonstração dos resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 é detalhado como se segue:

RENDIMENTOS E GASTOS	Exercício findo em 31 de Dezembro de 2009		
	POC	Ajustamentos de conversão para as NCRF das subsidiárias	NCRF
Vendas e serviços prestados	20.000	-	20.000
Ganhos / (perdas) imputados de subsidiárias e associadas	1.034.198	632.650	1.666.848
Fornecimentos e serviços externos	(12.133)	-	(12.133)
Gastos com o pessoal	(17.290)	-	(17.290)
Outros gastos e perdas	(16)	-	(16)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	1.024.759	632.650	1.657.409
Juros e rendimentos similares obtidos	333	-	333
Juros e gastos similares suportados	(287)	-	(287)
Resultado antes de impostos	1.024.805	632.650	1.657.455
Impostos sobre o rendimento do exercício	-	-	-
Resultado líquido do exercício	<u>1.024.805</u>	<u>632.650</u>	<u>1.657.455</u>

Quanto à demonstração dos fluxos de caixa, com a transição para as NCRF, a Empresa passou a elaborar a referida demonstração pelo método directo, quando no normativo anterior apresentava pelo método indirecto. Desta alteração não decorreram quaisquer impactos ao nível dos fluxos de actividades da Empresa.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

As demonstrações financeiras reflectem apenas as contas individuais da Empresa, preparadas nos termos legais para aprovação em Assembleia Geral de Accionistas. A Empresa irá contudo preparar demonstrações financeiras consolidadas para apresentação e aprovação em separado.

3.2 Participações financeiras em subsidiárias

As participações em subsidiárias são registadas pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte da Empresa nos activos líquidos das correspondentes entidades. Os resultados da Empresa incluem a parte que lhes corresponde nos resultados dessas entidades.

O excesso do custo de aquisição face ao justo valor de activos e passivos identificáveis de cada entidade adquirida na data de aquisição é reconhecido como goodwill e é mantido no valor de investimento financeiro. Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos activos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como um rendimento do exercício.

É feita uma avaliação dos investimentos financeiros quando existem indícios de que o activo possa estar em imparidade, sendo registadas, como gastos na demonstração dos resultados, as perdas por imparidade que se demonstre existir.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da subsidiária ou associada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, excepto quando a Empresa tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da associada, casos em que as perdas adicionais determinam o reconhecimento de um passivo. Se posteriormente a associada relatar lucros, a Empresa retoma o reconhecimento da sua quota-parte nesses lucros somente após a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.

Os ganhos não realizados em transacções com subsidiárias e associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da Empresa nas mesmas, por contrapartida da correspondente rubrica do investimento. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não resulte de uma situação em que o activo transferido esteja em imparidade.

3.3 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados directamente no capital próprio. Nestes casos os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável da Empresa. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação. Os activos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e os activos por impostos diferidos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis para as quais existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses activos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efectuada uma revisão dos activos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

3.4 Activos e passivos financeiros

Os activos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os activos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios: (i) ao custo ou custo amortizado e (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

Ao custo ou custo amortizado

São classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado” os activos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efectivo. A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do activo ou passivo financeiro.

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes activos e passivos financeiros:

a) Clientes e outras dívidas de terceiros

Os saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes activos financeiros não difere do seu valor nominal.

b) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes activos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes activos financeiros não difere do seu valor nominal.

c) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

Imparidade de activos financeiros

Os activos financeiros classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais activos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objectiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afectados.

Para os activos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do activo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respectiva taxa de juro efectiva original.

Para os activos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do activo e a melhor estimativa do justo valor do activo.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objectivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado), caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Reversões de perdas por imparidade”. Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

Desreconhecimento de activos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece activos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram ou quando transfere para outra entidade os activos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os activos financeiros transferidos, relativamente aos quais a Empresa reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.5 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de descontos e outros abatimentos. O rédito reconhecido não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transacção/serviço à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transacção/serviço à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efectivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O rédito proveniente de dividendos é reconhecido quando estabelecido o direito da Empresa receber o correspondente montante.

3.6 Especialização de exercícios

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respectivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como activos ou passivos.

3.7 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (“non adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4. Fluxo de Caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. Caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 têm a seguinte composição:

	2010	2009
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (Nota 10)	36.369	5.080
	<u>36.369</u>	<u>5.080</u>

5. Alterações de Políticas Contabilísticas e Correções de Erros

No decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, com excepção do referido na Nota 2, não ocorreram quaisquer alterações às políticas contabilísticas ou alterações significativas de estimativas, nem identificados erros materiais que deveria m ser corrigidos.

6. Investimentos em Subsidiárias

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 a Empresa detinha os seguintes investimentos em subsidiárias:

	2010							
	Activo	Passivo	Capital próprio	Total de rendimentos	Resultado líquido	% detida	Quantia escriturada	Proporção no resultado
SATA Air Açores	159.498.726	131.790.353	27.708.373	69.241.577	(3.530.932)	100,00%	27.708.373	(3.530.932)
							<u>27.708.373</u>	<u>(3.530.932)</u>

	2009							
	Activo	Passivo	Capital próprio	Total de rendimentos	Resultado líquido	% detida	Quantia escriturada	Proporção no resultado
SATA Air Açores	111.739.688	80.185.044	31.554.644	66.739.374	1.666.848	43,79%	31.554.644	1.666.848 (a)
							<u>31.554.644</u>	<u>1.666.848</u>

(a) - Demonstrações financeiras reexpressas para as NCRF

Em 31 de Dezembro de 2009, e no exercício então findo, a Empresa detinha o controlo efectivo da sua subsidiária SATA Air Açores, não obstante, após Novembro de 2009, possuir apenas 43,79% do seu capital social. Assim, na aplicação do método da equivalência patrimonial, a Empresa apropriou-se da totalidade do resultado do exercício e desconsiderou outras variações patrimoniais registadas na subsidiária (aumento de capital em 21.580.735 Euros subscrito pela Região Autónoma dos Açores (“RAA”) e variação patrimonial negativa de 21.580.734 Euros determinada pelo Despacho Conjunto da Vice-Presidência do Governo Regional e da Secretaria Regional da Economia, de 28 de Dezembro de 2009 (“Despacho Conjunto”)), em virtude de, face às determinações do Despacho Conjunto, se concluir que a posse pela RAA de 56,21% do capital da SATA Air Açores foi meramente circunstancial e, em substância, não configurar uma redução dos interesses da Empresa naquela subsidiária. A Assembleia Geral da SATA Air Açores realizada em 26 de Abril de 2010, ao determinar a absorção de variações patrimoniais negativas por extinção do capital pertencente à RAA reconfirmou a circunstancialidade da detenção temporária daquela participação pela RAA.

7. Participações Financeiras

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 o movimento ocorrido nas rubricas “Participações financeiras”, incluindo nas respectivas perdas por imparidade, foi o seguinte:

	Método da equivalência patrimonial	
	2010	2009
Participações financeiras		
Saldo inicial	31.554.644	29.598.232
Outras variações:		
Ajustamentos de conversão cambial das demonstrações financeiras das filiais (Nota 11)	311.366	124.633
Outras variações nas participadas (Nota 11)	(626.705)	164.931
Aplicação do método da equivalência patrimonial	(3.530.932)	1.666.848
Saldo final	<u>27.708.373</u>	<u>31.554.644</u>

8. Impostos sobre o Rendimento

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2007 a 2010 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A Administração da Empresa entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2010.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, a Empresa encontra-se sujeita adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

9. Estado e outros entes Públicos

Em 31 de Dezembro de 2010 e em 2009 as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	2010		2009	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas:				
Pagamentos por conta	3.802	-	-	-
Estimativa de imposto	-	-	-	435
Retenção na fonte	350	-	-	-
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	-	975	-	886
Imposto sobre o valor acrescentado	-	1.521	37.845	-
	<u>4.152</u>	<u>2.496</u>	<u>37.845</u>	<u>1.321</u>

10. Activos Financeiros

Categorias de activos financeiros

As categorias de activos financeiros em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 são detalhadas como segue:

	2010	2009
	Quantia escriturada líquida	Quantia escriturada líquida
Disponibilidades:		
Caixa e depósitos bancários (Nota 4)	36.369	5.080
	<u>36.369</u>	<u>5.080</u>
Activos financeiros ao custo:		
Outras contas a receber		
Empresas do grupo (Nota 14)	71.574	19.571
Outros	22.162	13.780
	<u>93.736</u>	<u>33.351</u>
	<u>130.105</u>	<u>38.431</u>

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a Empresa não registou quaisquer perdas por imparidade.

11. Instrumentos de Capital Próprio

Capital social

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por 3.600.000 acções com o valor nominal de 5 Euros cada, e é detido a 100% pela Região Autónoma dos Açores.

Reserva legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual, se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas ou incorporada no capital.

Outras variações do capital próprio

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica “Outras variações do capital próprio” detalha-se como segue:

	2010	2009	Variação
Investimentos financeiros em subsidiárias:			
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	1.714.770	1.403.404	311.366
Outras variações nas subsidiárias	<u>(372.504)</u>	<u>254.201</u>	<u>(626.705)</u>
	<u>1.342.266</u>	<u>1.657.605</u>	<u>(315.339)</u>

A rubrica “Investimentos financeiros em subsidiárias – diferenças de conversão de demonstrações financeiras”, nos montantes de 1.714.770 Euros e 1.403.404 Euros em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, respectivamente, respeita ao efeito da actualização cambial das demonstrações financeiras das empresas do grupo expressas em moeda estrangeira. As variações dos exercícios de 2010 e 2009 nos montantes de 311.366 Euros e 124.633 Euros, respectivamente, resultam do efeito da actualização cambial das referidas demonstrações desses exercícios (Nota 7).

A rubrica “Investimentos financeiros em subsidiárias – outras variações nos capitais próprios” nos montantes de 372.504 Euros e 254.201 Euros em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, respectivamente, respeita ao efeito dos registos: (i) dos instrumentos financeiros de cobertura por parte das subsidiárias SATA Air Açores e SATA Internacional, que em 2010 totalizavam uma perda potencial no montante total de 446.595 Euros (em 2009 o montante ascendia a 189.498 Euros e respeitava a um ganho potencial); e (ii) dos subsídios do governo não reembolsáveis, no montante de 74.091 Euros (64.253 Euros em 2009).

Aplicação do resultado

Por deliberação da Assembleia Geral da Empresa, realizada em 29 de Abril de 2010, o resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, no montante de 1.024.805 Euros (valor apurado com base no anterior normativo), foi aplicado para: (i) reservas legais: 51.240 Euros; e (ii) resultados transitados: 973.565 Euros.

Por deliberação da Assembleia Geral da Empresa, realizada em 26 de Maio de 2009, o resultado líquido negativo do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, no montante de 2.977.258 Euros, foi transferido na totalidade para a rubrica “Resultados transitados”.

12. Provisões, Passivos Contingentes e Activos Contingentes

No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, como garantia prestada aos contratos de empréstimo bancários para aquisição de aeronaves por parte da subsidiária SATA Air Açores, foram prestadas duas livranças em branco, avalizadas pela Empresa.

13. Outras Contas a Pagar

Em 2010 e em 2009, a rubrica “Outras contas a pagar” apresentava a seguinte composição:

	2010	2009
Outras contas a pagar:		
Empresas do grupo (Nota 14)	121.453	67.374
Outras	-	20.002
	<u>121.453</u>	<u>87.376</u>

Em 31 e Dezembro de 2009, a rubrica “Outras” no montante de 20.002 Euros respeita, essencialmente, a uma indemnização a pagar a um ex-administrador da Empresa no montante de 17.290 Euros, a qual foi paga em 2010, em virtude de ter cessado as suas funções antes do término do seu mandato.

14. Partes Relacionadas

Identificação de partes relacionadas

A Empresa é detida em 100% pela Região Autónoma dos Açores.

Remunerações do pessoal chave da gestão

No decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, ao pessoal chave de gestão da Empresa (Administração da Empresa) não foram atribuídas remunerações pela Empresa, uma vez que os seus vencimentos são auferidos na totalidade na SATA Air Açores.

Transacções com partes relacionadas

No decurso dos exercícios findos em 2010 e 2009 foram efectuadas as seguintes transacções com partes relacionadas:

	2010	2009
	Prestação de serviços	Prestação de serviços
SATA Air Açores	20.000	20.000
	<u>20.000</u>	<u>20.000</u>

Saldos com partes relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 a Empresa apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

	2010		2009	
	Outras contas a receber (Nota 10)	Outras contas a pagar (Nota 13)	Outras contas a receber (Nota 10)	Outras contas a pagar (Nota 13)
SATA Air Açores	-	96.453	-	67.374
SATA Internacional	71.574	-	19.571	-
SATA Gestão Aeródromos	-	25.000	-	-
	<u>71.574</u>	<u>121.453</u>	<u>19.571</u>	<u>67.374</u>

15. Divulgações exigidas por Diplomas Legais

Honorários facturados pelo Revisor Oficial de Contas

Os honorários totais nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 pelo Revisor Oficial de Contas ascenderam a 3.150 Euros, respectivamente, e respeitam na sua totalidade à revisão legal das contas anuais.

O Técnico Oficial de Contas

António Jorge Ferreira da Silva

O Conselho de Administração

António José Vasconcelos Franco Gomes de Menezes
(Presidente)

Luisa Maria Estrela Rego Miranda Schanderl
(Administradora)

Isabel Maria dos Santos Barata
(Administradora)

Luis Filipe Soares Borges da Silveira
(Administrador)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

Deloitte

Deloitte é Associados, SROC S.A.
Inscrição na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 231

Edifício Atrium Saldanha
Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º
1050-094 Lisboa
Portugal

Tel: +(351) 210 427 500
Fax: +(351) 210 427 950
www.deloitte.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da Sata - Sociedade de Transportes Aéreos, SGPS, S.A. ("Empresa"), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2010 que evidencia um total de 27.842.630 Euros e capitais próprios de 27.695.911 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 3.530.802 Euros, as Demonstrações dos Resultados por Naturezas, de Alterações nos Capitais Próprios e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. Excepto quanto à limitação descrita no parágrafo 4 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reserva

4. Os nossos relatórios de auditoria das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 da subsidiária Sata Air Açores – Sociedade Açoriana de Transportes Aéreos, S.A. e da sua participada Sata Internacional – Serviços e Transportes Aéreos, S.A., cujos investimentos financeiros se encontram registados no balanço da Empresa de acordo com o método de equivalência patrimonial, contém reservas por limitação de âmbito, as quais não foram tomadas em consideração pela Empresa na valorização dos referidos investimentos financeiros por aquele método. Consequentemente, não nos foi possível concluir sobre os efeitos deste assunto, se alguns, nas demonstrações financeiras da Empresa em 31 de Dezembro de 2010, nomeadamente, na valorização do investimento financeiro naquela subsidiária.

A empresa Deloitte refere-se à Deloitte Touche Tohmatsu, uma Sncs limitada, não é uma entidade de direito público, sendo cada uma delas uma entidade legal separada e independente. Para a maior descrição elaborada da estrutura legal de Deloitte Touche Tohmatsu e para mais informações consulte www.deloitte.com/pt.

Tipos Sociais em Portugal: Sncs (Sociedade Simples) Capital Social: 500.000,00 Euros (Matriz) C.A.C. de Lisboa e Sncs: 500.000,00 Euros
Sede: Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º, 1050-094 Lisboa | Porto: Rua Sáttimo Tralês Cerdeira, Praça do Marechal Saldanha 01 - 11º, 4150-046 Porto

Member of Deloitte Touche Tohmatsu

Opinião

5. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação descrita no parágrafo 4 acima, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, para os fins indicados no parágrafo 6 abaixo, a posição financeira da Sata - Sociedade de Transportes Aéreos, SGPS, S.A. em 31 de Dezembro de 2010, bem como o resultado das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal (ver parágrafo 7 abaixo).

Ênfases

6. As demonstrações financeiras mencionadas no parágrafo 1 acima, referem-se à actividade da Empresa a nível individual e foram preparadas para aprovação e publicação nos termos da legislação em vigor. Conforme indicado na Nota 3.2 do Anexo, os investimentos financeiros em empresas subsidiárias são registados pelo método da equivalência patrimonial. A Empresa irá preparar nos termos da legislação em vigor demonstrações financeiras consolidadas para aprovação e publicação em separado.
7. Conforme divulgado na Nota 2 do Anexo às demonstrações financeiras, a Empresa adoptou a partir de 1 de Janeiro de 2010 o Sistema de Normalização Contabilística, incluindo a correspondente estrutura conceptual, modelos de demonstrações financeiras e normas contabilísticas e de relato financeiro ("NCRF"). No processo de transição das normas contabilísticas anteriormente adoptadas em Portugal, consubstanciadas no Plano Oficial de Contabilidade ("POC"), para as NCRF, a Empresa seguiu os requisitos previstos na NCRF 3 – Adopção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro, tendo a data de transição sido reportada a 1 de Janeiro de 2009. Consequentemente, a informação financeira de 2009, anteriormente apresentada de acordo com o POC, foi, para efeitos de comparabilidade, reexpressa de acordo com as NCRF (Nota 2).

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 29 de Abril de 2011


 Deloitte & Associados, SROC S.A.
 Representada por João Luís Falua Costa da Silva

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Deloitte

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na DRCC nº 43
Registo na CMM nº 231

Edifício Atrium Saldanha
Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º
1050-094 Lisboa
Portugal

Tel: +(351) 210 427 500
Fax: +(351) 210 427 950
www.deloitte.pt

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

**Ao Accionista da
Sata - Sociedade de Transportes Aéreos, SGPS, S.A.**

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi conferido, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da Sata - Sociedade de Transportes Aéreos, SGPS, S.A. ("Empresa"), relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a evolução da actividade da Empresa, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Empresa as informações e esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o Balanço em 31 de Dezembro de 2010, as Demonstrações de resultados por naturezas, de Alterações nos Capitais Próprios e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data e o correspondente Anexo, os quais foram elaborados de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2010 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluída. Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, que inclui no seu parágrafo 4 uma reserva por limitação de âmbito e nos seus parágrafos 6 e 7 duas ênfases.

Face ao exposto, somos de opinião que excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação descrita no parágrafo 4 e atento o descrito nos parágrafos 6 e 7, todos da Certificação Legal das Contas, as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Accionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Empresa o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 29 de Abril de 2011


Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por João Luís Falva Costa da Silva

Ao presente Deloitte refere-se à Deloitte Touche Tohmatsu, uma S.ª em V.ª, ou a uma ou mais entidades legais que a compõem, constituída em uma das formas de entidade legal reconhecidas independentemente da legislação aplicável. Deloitte, Touche Tohmatsu e suas firmas em todo o mundo são marcas de Deloitte.

Typo: Sociedade de direito da lei portuguesa [C21] (Sociedade) 510 000 200 (Sociedade) (Sociedade) C.R.C. de Lisboa nº 10 581 706 381
Sede: Edifício Saldanha, Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º, 1050-094 Lisboa | Telefone: Rua Saldanha Trade Centre, Praça do Bom Sucesso 81 - 1º, 4150-140 Porto

Member of Deloitte Touche Tohmatsu